



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO Nº 232/2022

Órgão Solicitante: Setor de Licitações

Processo Administrativo 80/2022

Assunto: Tomada de Preço 07/2022

RELATÓRIO

Sobreveio a esta Procuradoria o pedido de análise de *contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia, para a pavimentação asfáltica de drenagem pluvial na estrada geral Campestre, no município de Vidal Ramos.*

PARECER JURÍDICO

Trata-se da possibilidade de *contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia, para a pavimentação asfáltica de drenagem pluvial na estrada geral Campestre, no município de Vidal Ramos.*

A tomada de preços é a modalidade de licitação utilizada para contratações que possuam um valor estimado médio, compreendidas até o montante de R\$ 650.000,00 para a aquisição de materiais e serviços, e de R\$ 1.500.000,00 para a execução de obras e serviços de engenharia.

A principal característica da tomada de preços é que ela se destina a interessados devidamente cadastrados e, por força da Lei nº. 8.666/93, ela também passou a se estender aos interessados que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

Esse "cadastramento" se refere à análise prévia da situação da empresa, por meio da verificação de sua habilitação jurídica, de sua regularidade fiscal, de sua qualificação econômico-financeira, de sua qualificação técnica e do cumprimento das exigências do Ministério do Trabalho com relação ao trabalho do menor, em conformidade com o disposto nos arts. 27 a 31 da Lei nº. 8.666/93, atribuindo-lhe, posteriormente, caso atenda a todos esses requisitos, o "certificado de registro cadastral".

Conforme art. 22, § 2º da Lei 8666:

§2º. Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

vidalramos.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

O procedimento adotado é o correto e atende aos dizeres da Lei nº 8.666/93.

O instrumento convocatório com seus anexos encontra-se acompanhado do pertinente parecer jurídico, lavrado em 19 de agosto de 2022 por esta assessora jurídica.

Com seus anexos, o instrumento convocatório fora devidamente publicado em 19 de agosto de 2022 no Diário Oficial dos Municípios.

Conforme se denota da Ata da Reunião, no dia 09 de setembro de 2022 os membros da comissão de licitação reuniram-se, com o objetivo de Licitação na modalidade tomada de preços, para a *contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia, para a pavimentação asfáltica de drenagem pluvial na estrada geral Campestre, no município de Vidal Ramos.*

Na abertura do Processo administrativo foi constatada a presença de uma empresa proponente habilitada para a fase de lances, a empresa **Construção Civil MG Ltda.**, que apresentou toda a documentação de acordo com o edital.

Desta forma, o Processo Licitatório aguarda este Parecer Jurídico para, após, ser homologado, adjudicado e expedida ordem de serviço para início da prestação dos serviços e assinatura do respectivo Contrato Administrativo.

É o relatório.

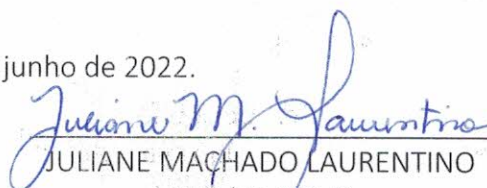
Em resumo, o processo licitatório ora analisado encontra-se em perfeita consonância com os mandamentos legais, estando apto a produzir seus efeitos legais e jurídicos. Todo o procedimento fora conduzido observando integralmente a legislação pertinente, conforme o mandamento da própria Constituição da República.

Diante do exposto, e após minucioso exame de todo o procedimento do Processo Licitatório nº 80/2022, Tomada de Preços nº 07/2022, entendo que o mesmo encontra-se apto a produzir seus legais efeitos, devendo ser homologado.

Assim, opino pela completa **LEGALIDADE** indicando pelo prosseguimento do feito, com assinatura do Contrato, cujo extrato deve ser publicado, na forma da praxe da Casa e expedição de ordem de serviço, ressaltando que esta Procuradora não possui competência para opinar sobre estimativa de preço, termo de referência, natureza ou qualificação técnica, quantidade e qualidade do objeto do certame.

É o parecer.

Vidal Ramos, 19 de junho de 2022.



JULIANE MACHADO LAURENTINO

OAB/SC 57340

Assessora Jurídica

vidalramos.sc.gov.br